

Junho

**Renda Básica
Universal para a Paz:
Impacto na vida das
crianças**

Felipe Briguente Coelho Alves

2024



ReCivitas

© 2024 Felipe Brigunte Coelho Alves
Este trabalho e todo seu conteúdo está licenciado sob Licença
ⒶRobinRight

Para ver uma cópia dessa licença visite
www.recivitas.org/licenca-robinright

Autor: Felipe Brigunte Coelho Alves

Este trabalho é resultado do **Programa de Apoio, Desenvolvimento e Inovação Social**, uma iniciativa do Instituto ReCivitas conjunta com o NEPAS. Este programa inclui a chamada do prêmio à Bolsa de Estudos da "Renda Básica para a Paz" e a convocação para submissão de artigos sobre o tema.

A bolsa visa fornecer apoio financeiro, materiais de estudo, orientação e divulgação para indivíduos, independentemente de formação acadêmica ou vínculos institucionais, desde que demonstrem alinhamento com a proposta da bolsa e estejam sujeitos a situações de violência e violação de direitos humanos.

Além da bolsa, o programa está aberto a contribuições de artigos relacionados ao tema "Renda Básica como Ação Social à Paz". Os artigos selecionados enriquecerão o debate sobre a preservação da vida em tempos de conflito e guerra.

ReCivitas - NEPAS
Junho 2024

RENDA BÁSICA UNIVERSAL PARA A PAZ: IMPACTOS NA VIDA DAS CRIANÇAS

RESUMO

O estudo intitulado "Renda Básica Universal para a Paz: Impactos na Vida das Crianças" contextualizou a persistente questão da pobreza infantil e da desnutrição em regiões como o Quênia, destacando o potencial da Renda Básica Universal (RBU) como uma política interventiva transformadora. Esta investigação teve como objetivo avaliar a eficácia da RBU na melhoria dos padrões nutricionais, dos resultados educacionais e do bem-estar geral das crianças em áreas economicamente desafiadas, focando particularmente no Quênia. A pesquisa foi conduzida através de uma extensa revisão bibliográfica, analisando sistematicamente a literatura existente sobre o impacto da RBU em diversos domínios relacionados ao bem-estar infantil. Os objetivos atingidos incluíram uma compreensão abrangente de como a RBU pode aliviar as pressões financeiras imediatas sobre as famílias, permitindo melhores investimentos nutricionais e educacionais para as crianças. O estudo utilizou dados qualitativos e quantitativos de diversas fontes secundárias, incluindo artigos acadêmicos, relatórios de organizações não-governamentais e documentos de políticas públicas, para construir um quadro teórico robusto que examinasse os efeitos multifacetados da RBU no desenvolvimento infantil. Os resultados indicaram que a RBU melhorou significativamente a capacidade das famílias de acessar alimentos nutritivos, reduzindo assim a incidência de desnutrição e problemas de saúde associados. Além disso, verificou-se que a estabilidade financeira proporcionada pela RBU permitiu maiores investimentos educacionais, resultando em taxas mais altas de frequência escolar e em melhor desempenho acadêmico entre as crianças. O estudo concluiu que a RBU, quando implementada com consideração pelos contextos socioeconômicos locais, tem o potencial de elevar substancialmente as condições de vida das crianças, promovendo seu desenvolvimento holístico e contribuindo para uma maior estabilidade social e paz.

Palavras-chave: Renda Básica Universal. bem-estar infantil. alívio da pobreza. nutrição. educação. Quênia. desenvolvimento socioeconômico.

1 INTRODUÇÃO

Busca-se investigar a eficácia da Renda Básica Universal (RBU) como instrumento de política social destinado a combater a pobreza e promover o desenvolvimento socioeconômico, enfocando especialmente os impactos dessa política sobre a nutrição e o desenvolvimento infantil no Quênia. A

persistência de altos índices de pobreza e desnutrição infantil nesta região motiva uma análise profunda, considerando que tais problemas constituem desafios significativos para formuladores de políticas públicas e organismos de ajuda internacional. A relevância do tema se evidencia diante da crescente adoção de políticas de transferência de renda em contextos de alta vulnerabilidade socioeconômica.

O objetivo deste estudo é analisar a contribuição da Renda Básica Universal para a melhoria das condições de vida, observando as transformações sociais, econômicas e de saúde que afetam diretamente as crianças. Este trabalho busca avaliar como a implementação da RBU influencia a taxa de frequência escolar e a qualidade da educação infantil. Simultaneamente, propõe-se a investigar o impacto da RBU na acessibilidade e qualidade da nutrição infantil, examinando como esses fatores afetam a saúde e o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. Adicionalmente, o estudo examina a efetividade das transferências de renda realizadas pela organização GiveDirectly, que desde 2016 atua no Quênia, com foco na redução da desnutrição e na melhoria da qualidade de vida infantil.

Para atingir tais objetivos, a metodologia adotada combina análise qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa baseia-se na revisão de literatura sobre a Renda Básica Universal, abrangendo os mais diversos tipos de publicações para construir um panorama teórico robusto.

2 RENDA BÁSICA UNIVERSAL

A Renda Básica Universal (RBU) propõe a garantia de um montante fixo de renda a todos os cidadãos de um Estado, independentemente de sua condição socioeconômica, configurando-se como uma abordagem radical e inovadora na política de bem-estar social. A base filosófica desta proposta encontra-se na noção de justiça distributiva, onde se postula que a sociedade deve organizar-se de modo a garantir condições de vida dignas para todos os seus membros, assegurando não apenas liberdade, mas igualdade de oportunidades (Nascimento, 2022).

Filosoficamente, a RBU é defendida como um meio de promover a

liberdade individual, permitindo que as pessoas tenham a oportunidade de escolher como viver suas vidas sem a pressão direta de atender às necessidades básicas através do trabalho remunerado. Este conceito aponta para uma sociedade onde o valor do ser humano não é medido apenas pela sua capacidade produtiva, mas também pelo seu bem-estar e qualidade de vida (Gehrke, 2022).

Do ponto de vista econômico, a RBU é vista como um potencial catalisador para o crescimento econômico. A distribuição de uma renda garantida a todos aumentaria a demanda agregada, estimulando o consumo e o investimento em setores variados da economia. Argumenta-se que tal medida poderia também agir como um estabilizador automático, diminuindo os impactos de recessões econômicas ao garantir que os consumidores tenham recursos para gastar mesmo em períodos de crise (Padre, 2021).

Além disso, a RBU poderia responder aos desafios contemporâneos do mercado de trabalho, como a automação e a precarização crescente das relações laborais. Ao proporcionar um mínimo garantido, a RBU permitiria que as pessoas pudessem se adaptar com maior flexibilidade às mudanças tecnológicas e às novas demandas de habilidades sem o risco de cair em pobreza extrema (Suplicy, Dallari, 2020).

No entanto, a implementação de uma Renda Básica Universal traz consigo numerosos desafios práticos e teóricos. Questões sobre como financiar tal programa sem impor cargas tributárias excessivas, o risco de inflação resultante do aumento da demanda e o possível desincentivo ao trabalho são frequentemente levantadas como preocupações críticas. Além disso, o impacto sobre a ética do trabalho e a coesão social são aspectos que requerem um exame detalhado (Nascimento; Proni, 2022).

Uma renda garantida para todas as famílias oferece uma base para melhorar as condições de vida das crianças, proporcionando um ambiente mais estável e recursos suficientes para alimentação, saúde e educação (Nascimento, 2022). Em termos de impacto direto, a estabilidade financeira proporcionada pela RBU poderia reduzir significativamente a incidência de pobreza infantil. Com recursos financeiros garantidos, as

famílias teriam maior capacidade de suprir as necessidades básicas de suas crianças, desde nutrição adequada, que é fundamental para o desenvolvimento físico e cognitivo, até acesso a materiais educativos e ambientes de aprendizagem estimulantes. Esta segurança econômica também pode reduzir o estresse familiar, que frequentemente afeta o bem-estar emocional e psicológico das crianças e compromete seu desenvolvimento (Gehrke, 2022).

Além disso, a RBU pode permitir que os pais façam escolhas mais flexíveis sobre trabalho e cuidados com os filhos. Com uma renda garantida, os cuidadores podem optar por dedicar mais tempo ao desenvolvimento e à educação de suas crianças, ao invés de serem compelidos a aceitar empregos mal remunerados ou com jornadas extensivas simplesmente para atender às necessidades básicas. Esta maior disponibilidade dos pais pode fortalecer os laços familiares e oferecer às crianças um suporte emocional e educacional mais consistente (Gehrke, 2022).

No entanto, apesar desses potenciais benefícios, as políticas de Renda Básica Universal muitas vezes não consideram especificamente as necessidades únicas das crianças. Tradicionalmente, os modelos de RBU focam em distribuições uniformes por indivíduo ou por núcleo familiar, sem ajustes para o número ou as necessidades específicas de crianças dentro de uma família. Isso pode resultar em uma situação em que os benefícios não são suficientemente adequados para cobrir as despesas adicionais que famílias com crianças enfrentam, como saúde, educação e lazer (Nascimento, 2022).

Ademais, há o risco de que, sem políticas complementares focadas na infância, os benefícios da RBU não alcancem plenamente as crianças, especialmente em famílias onde a gestão de recursos não é efetivamente voltada para o bem-estar infantil. Por isso, a concepção de uma Renda Básica Universal eficaz para melhorar a vida das crianças requer uma abordagem mais matizada, que considere incrementos ou ajustes baseados na composição familiar e nas necessidades específicas relacionadas à idade (Nascimento, 2022).

2.1 RENDA BÁSICA UNIVERSAL E BEM-ESTAR INFANTIL

A implementação da Renda Básica Universal (RBU) tem potencial para melhorar significativamente o bem-estar infantil, abordando questões cruciais como saúde, educação e segurança social. No contexto da saúde infantil, a RBU pode contribuir para a redução de incidências de doenças relacionadas à pobreza, como desnutrição e condições precárias de moradia, que afetam diretamente o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. Ao assegurar que todas as famílias disponham de recursos suficientes para cobrir necessidades básicas, espera-se uma melhora nos indicadores de saúde, como aumento da frequência a consultas médicas e adesão a tratamentos preventivos, fatores estes cruciais para o combate à mortalidade infantil e às deficiências de desenvolvimento associadas à má alimentação e à falta de cuidados médicos adequados (Campello; Brandão, 2020).

No que diz respeito à educação, a RBU pode influenciar positivamente a taxa de escolarização e o desempenho acadêmico das crianças. Com recursos financeiros assegurados pelo Estado, as famílias teriam maior liberdade para investir na educação dos filhos, resultando em uma diminuição das taxas de evasão escolar, frequentemente associadas à necessidade de contribuição das crianças ao orçamento familiar através do trabalho infantil. Além disso, a estabilidade financeira proporcionada pela renda básica permite um ambiente doméstico mais propício ao estudo e à dedicação acadêmica, aspectos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento educacional consistente (Nascimento; Proni, 2022).

No entanto, a eficácia da RBU em promover o bem-estar infantil não está isenta de desafios. A distribuição de uma renda fixa pode não ser suficiente para atender às variadas necessidades das crianças em diferentes contextos familiares e regionais, requerendo políticas complementares que considerem especificidades locais e necessidades particulares de cada grupo infantil. Ademais, a alocação inadequada dos recursos financeiros por parte de alguns responsáveis pode não resultar

nos benefícios esperados para as crianças, indicando a necessidade de programas de acompanhamento e educação financeira voltados para as famílias beneficiárias (Gehrke, 2022).

A implementação da RBU contribui significativamente para a construção de um ambiente mais tranquilo e seguro para as crianças, tendo em vista que a estabilidade econômica é um fator preponderante na promoção da paz e da coesão social. Ao garantir um mínimo vital a todas as famílias, independentemente de suas condições prévias, a RBU pode reduzir as tensões sociais originadas pela desigualdade e pela luta pela sobrevivência, criando um contexto mais harmonioso para o desenvolvimento infantil (Campello; Brandão, 2020).

Em áreas marcadas por altos índices de criminalidade e violência, a pobreza é frequentemente um catalisador de conflitos e de comportamentos antisociais. A garantia de uma renda básica fornece às famílias os meios para se afastarem de atividades ilícitas, oferecendo uma alternativa viável e segura para a sustentação econômica. Com a redução da necessidade de envolvimento em tais atividades, diminui-se a exposição das crianças a ambientes violentos e inseguros, promovendo um cenário mais propício ao desenvolvimento saudável e integral (Nascimento; Proni, 2022).

Além disso, a segurança econômica proporcionada pela RBU fomenta um ambiente doméstico mais estável e menos sujeito às pressões e ao estresse associados à incerteza financeira. Estudos demonstram que o estresse econômico é um dos principais fatores que contribuem para conflitos familiares, abuso e negligência de crianças. Ao mitigar essas pressões financeiras, a RBU pode reduzir significativamente os casos de violência doméstica e melhorar a qualidade das relações familiares, elementos essenciais para a segurança emocional e psicológica das crianças (Gehrke, 2022).

A estabilidade trazida pela RBU também tem potencial para reforçar as redes de apoio comunitário, promovendo uma maior interação e solidariedade entre famílias e vizinhos. Em comunidades onde todos recebem um suporte financeiro básico, é possível que aumente a

colaboração mútua, o compartilhamento de recursos e a organização de atividades coletivas que beneficiem o conjunto da comunidade, incluindo suas crianças. Tais atividades não apenas proporcionam espaços seguros para o lazer e aprendizado, mas também fortalecem o senso de pertencimento e identidade comunitária, fundamentais para a construção de uma sociedade pacífica (Campello; Brandão, 2020).

2.2 EDUCAÇÃO E OPORTUNIDADES

A relação entre a Renda Básica Universal (RBU) e a educação encontra-se na capacidade dessa medida de mitigar o impacto da pobreza sobre a aprendizagem escolar. A pobreza, ao restringir o acesso a materiais didáticos, tecnologia e ambientes de estudo adequados, compromete significativamente o desempenho acadêmico das crianças. Ao prover uma renda básica incondicional, as famílias passam a ter meios para investir na educação dos filhos, adquirindo materiais escolares, tecnologias de apoio ao estudo e oportunizando a participação em atividades extracurriculares, como cursos de línguas e práticas desportivas, que são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social (Padre, 2021).

Além de afetar diretamente as condições materiais de aprendizagem, a RBU pode contribuir para um ambiente doméstico mais propício ao estudo, uma vez que a segurança financeira tende a reduzir os níveis de estresse familiar, proporcionando um contexto mais harmonioso e favorável ao desenvolvimento educacional. Estudos indicam que a estabilidade econômica em casa está correlacionada com melhoras na concentração, no comportamento e no engajamento escolar das crianças, elementos essenciais para o sucesso acadêmico (Campello; Brandão, 2020).

Outro aspecto relevante é a potencial redução nas taxas de evasão escolar. Com recursos financeiros assegurados pela RBU, diminui a pressão para que adolescentes abandonem os estudos em busca de emprego para contribuir com o orçamento familiar, permitindo que completar a educação básica e prosseguir para o ensino superior se torne

uma opção mais viável para um número maior de jovens. Tal cenário contribuiria significativamente para a quebra do ciclo de pobreza, uma vez que o nível de escolaridade é um determinante conhecido dos rendimentos futuros (Padre, 2021).

A garantia de uma renda mínima às famílias possibilita uma melhoria significativa na qualidade da alimentação infantil, o que, por sua vez, reflete diretamente no rendimento acadêmico e na redução da evasão escolar. Nutricionalmente, crianças bem alimentadas demonstram melhor capacidade de concentração, memória e energia para participar de atividades escolares. A fome ou a má alimentação, por outro lado, são fatores que prejudicam a capacidade cognitiva e o desenvolvimento neurológico das crianças, comprometendo o aprendizado e aumentando as chances de repetência e desistência escolar. A RBU, ao assegurar que as famílias possuam os meios para comprar alimentos nutritivos, contribui diretamente para a saúde física e mental das crianças, criando condições mais favoráveis para a assimilação do conteúdo educacional e para a participação ativa em sala de aula (Gehrke, 2022).

Além de melhorar a concentração e a disposição para o aprendizado, uma nutrição adequada reduz a incidência de doenças relacionadas à deficiência alimentar, como anemia e deficiências vitamínicas, que podem afastar as crianças das escolas devido a problemas de saúde frequentes. A regularidade na frequência escolar é crucial para a continuidade e o sucesso do processo educativo; portanto, a redução nos índices de enfermidades influencia positivamente as taxas de assiduidade e diminui a evasão escolar (Campello; Brandão, 2020).

Adicionalmente, a segurança alimentar proporcionada pela RBU pode fortalecer a capacidade das escolas de implementar programas de alimentação escolar, reconhecidos por sua eficácia em melhorar a nutrição das crianças e em incentivar a permanência na escola. Com as famílias já parcialmente apoiadas pela renda básica, recursos escolares destinados à alimentação podem ser otimizados e expandidos, aumentando o seu alcance e qualidade. Estes programas alimentares, além de proverem refeições balanceadas, servem como um incentivo adicional para que os

pais mantenham seus filhos na escola, sabendo que além da educação, seus filhos também receberão cuidados nutricionais adequados durante o período escolar (Padre, 2021).

3 RENDA BÁSICA UNIVERSAL NO ALASCA

Instituído em 1982, o Fundo Permanente do Alasca distribui anualmente uma parcela dos lucros obtidos com a exploração de petróleo no estado a todos os residentes permanentes. Esta forma de renda básica, financiada por recursos naturais, apresenta efeitos econômicos significativos tanto no consumo quanto na dinâmica de trabalho (Nascimento; Proni, 2022).

Em termos de consumo, os pagamentos realizados pelo Fundo Permanente influenciam positivamente as despesas das famílias. O incremento na renda disponível resultante dos desembolsos anuais eleva o poder de compra dos consumidores, estimulando a demanda por bens e serviços locais. Este aumento no consumo impulsiona o comércio local e estimula o setor de serviços, que se expande para atender ao crescimento da demanda. A injeção de capital no mercado local, decorrente dos pagamentos do Fundo, contribui para o aquecimento da economia, potencializando a circulação de recursos e o fortalecimento das atividades econômicas (Dias *et al.*, 2022).

Quanto à empregabilidade, os efeitos do Fundo Permanente do Alasca são objeto de análise e debate. Contrariamente às preocupações de que uma renda básica poderia desencorajar a participação no mercado de trabalho, as evidências do Alasca sugerem que os pagamentos do Fundo não provocam um decréscimo significativo na oferta de trabalho. A periodicidade anual e a relatividade moderada dos valores distribuídos contribuem para que este benefício seja percebido mais como um complemento à renda do que como um substituto ao salário proveniente do emprego. Não se verifica uma redução na taxa de empregabilidade atribuível ao Fundo; pelo contrário, a estabilidade financeira temporária proporcionada pode incentivar uma participação mais qualificada e voluntária no mercado de trabalho, permitindo que os residentes busquem

empregos que melhor correspondam às suas qualificações e aspirações (Nascimento; Proni, 2022).

Além disso, o Fundo Permanente do Alasca atua como um mecanismo de distribuição de riqueza, promovendo uma maior equidade econômica entre os residentes. Ao redistribuir os lucros do petróleo, uma riqueza natural e coletiva do estado, para todos os cidadãos, o Fundo fortalece a coesão social e fomenta uma percepção de participação na prosperidade gerada pelos recursos naturais (Kim; Ahn, 2023).

Além dos efeitos diretos sobre o consumo e a empregabilidade, o Fundo Permanente do Alasca também tem implicações significativas para a política fiscal e o planejamento governamental. A existência de uma fonte estável de renda para os cidadãos pode reduzir a pressão sobre certos programas sociais financiados pelo governo, permitindo uma realocação de recursos para outras áreas críticas como infraestrutura e saúde. Isto pode ampliar a capacidade de investimento público, fortalecendo a economia e melhorando a qualidade de vida da população (Nascimento; Proni, 2022).

O Fundo também proporciona um modelo para a gestão sustentável de recursos naturais, demonstrando que é possível converter a riqueza mineral em benefícios diretos para a população sem comprometer as gerações futuras. Esta abordagem alinha-se com os princípios de desenvolvimento sustentável, ao equilibrar a exploração econômica de recursos com a responsabilidade social e ambiental (Vieira *et al.*, 2022).

3.1 IMPACTO DA RBU NO ALASCA

A análise do impacto da Renda Básica Universal (RBU), especificamente do Fundo Permanente do Alasca, sobre a nutrição e saúde das crianças no Alasca, revela aspectos fundamentais acerca da melhoria no acesso a alimentos saudáveis e serviços de saúde, constituindo-se como um exemplo significativo de como políticas de renda universal podem afetar positivamente as condições de vida das populações mais jovens. A implementação do Fundo, ao prover uma renda anual para todos os residentes permanentes do Alasca, incluindo crianças,

tem potencial para influenciar de maneira substancial a qualidade da alimentação e a acessibilidade aos serviços de saúde, aspectos estes cruciais para o desenvolvimento infantil (Dias *et al.*, 2022).

O pagamento proveniente do Fundo Permanente do Alasca tem demonstrado ser um facilitador no acesso a uma alimentação de qualidade para as famílias alascianas, permitindo-lhes adquirir uma variedade maior de alimentos nutritivos. Em um estado onde o custo de vida é elevado, especialmente no que tange aos alimentos, a renda adicional pode mitigar o impacto desses custos, possibilitando que as famílias invistam mais em frutas, legumes e proteínas de alta qualidade, itens essenciais para uma dieta balanceada e saudável. A melhoria na nutrição, por sua vez, está diretamente relacionada a uma série de benefícios para a saúde das crianças, como a prevenção de doenças relacionadas à má alimentação, o reforço ao sistema imunológico e o desenvolvimento cognitivo adequado (Fuly, 2021).

Além disso, a renda básica proporcionada pelo Fundo Permanente também impacta a capacidade das famílias de acessar serviços de saúde regulares para suas crianças. Com recursos financeiros adicionais, é possível cobrir despesas não só com alimentação, mas também com consultas médicas, tratamentos e medicamentos. Em áreas mais remotas do Alasca, onde os serviços de saúde podem ser limitados e os custos de transporte significativos, a renda extra pode ser decisiva para garantir que as crianças recebam atendimento médico adequado, contribuindo para a prevenção e tratamento eficaz de condições de saúde que requerem acompanhamento contínuo (Dias *et al.*, 2022).

A estabilidade financeira proporcionada pelo Fundo Permanente do Alasca, portanto, não apenas eleva o padrão de vida em termos gerais, mas também tem um efeito multiplicador sobre a saúde e nutrição infantil, ao reduzir a insegurança alimentar e aumentar o acesso a serviços de saúde essenciais. Estas melhorias, por sua vez, estão intrinsecamente ligadas a melhores resultados educacionais e a uma maior capacidade das crianças de alcançar seu pleno potencial de desenvolvimento (Cunha, Haines, 2021).

3.2 REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

Instituído pelo Fundo Permanente do Alasca, o modelo de Renda Básica Universal (RBU) do estado destina pagamentos anuais a todos os residentes permanentes, incluindo crianças, o que pode proporcionar uma base para a mitigação da desigualdade infantil ao assegurar um nível mínimo de renda para todas as famílias, independentemente de sua localização ou etnia (Campello; Brandão, 2020).

O Alasca, com sua vasta área geográfica e comunidades dispersas, apresenta desafios significativos em termos de desigualdade, particularmente entre as populações urbanas e as comunidades indígenas, muitas das quais residem em regiões remotas com acesso limitado a serviços básicos, incluindo educação e saúde de qualidade. A RBU, ao fornecer um apoio financeiro regular e incondicional, tem o potencial de atenuar algumas das barreiras econômicas que exacerbam essas desigualdades. Com recursos financeiros adicionais, as famílias em comunidades menos acessíveis podem melhorar sua capacidade de adquirir bens e serviços essenciais, contribuindo para um padrão de vida mais estável e diminuindo a vulnerabilidade à pobreza (Dias *et al.*, 2022).

Especificamente no que tange às crianças, a presença de uma renda básica universal pode equilibrar as oportunidades ao possibilitar que famílias invistam mais consistentemente na nutrição, saúde e educação dos filhos. Tal investimento é fundamental para o desenvolvimento infantil e pode diminuir as disparidades no desempenho escolar e nos resultados de saúde entre crianças de áreas urbanas e remotas, promovendo uma maior equidade educacional e de bem-estar (Campello; Brandão, 2020).

Ademais, a distribuição de renda pelo Fundo Permanente tem relevância particular para as comunidades indígenas, frequentemente marginalizadas e afetadas por níveis de pobreza superiores à média estadual. A RBU pode servir como um mecanismo para reforçar a autonomia econômica dessas comunidades, permitindo-lhes maior flexibilidade na utilização dos recursos para atender às suas necessidades específicas e preservar suas tradições culturais, muitas vezes ligadas à

terra e ao local onde vivem (Nascimento; Proni, 2022).

No entanto, para que a RBU efetivamente contribua para a redução das desigualdades infantis no Alasca, é imperativo que seja integrada a outras políticas públicas. Estratégias que abordem especificamente as necessidades infraestruturais, educacionais e de saúde das comunidades mais isoladas são essenciais. A conjugação da RBU com programas direcionados a melhorias na infraestrutura de serviços básicos pode amplificar os efeitos positivos da renda básica, promovendo uma redução mais abrangente das desigualdades e uma melhoria significativa na qualidade de vida das crianças alascianas (Fuly, 2021).

4 RENDA BÁSICA UNIVERSAL NO QUÊNIA

A relação entre a Renda Básica Universal (RBU) e a taxa de frequência escolar no Quênia pode ser observada sob a ótica de como a segurança financeira influencia as decisões das famílias em relação à educação dos filhos. Com a garantia de uma renda mínima, presume-se que menos crianças sejam obrigadas a abandonar a escola para trabalhar ou auxiliar suas famílias em outras atividades econômicas, uma prática comum em regiões onde a pobreza é um obstáculo significativo ao acesso continuado à educação. A redução da pressão econômica sobre as famílias permite, portanto, que um maior número de crianças permaneça na escola, elevando as taxas de frequência escolar e potencialmente diminuindo as taxas de evasão (Suplicy; Dallari, 2020).

Quanto à qualidade da educação recebida, a RBU tem o potencial de influenciar positivamente este aspecto por meio do incremento na disponibilidade de recursos para a educação. Famílias com acesso a uma renda básica estão mais aptas a investir em materiais didáticos, uniformes escolares e outros recursos pedagógicos, que são fundamentais para o processo de aprendizagem. Ademais, a segurança financeira pode permitir que os pais optem por matricular seus filhos em instituições de ensino de melhor qualidade, que muitas vezes são inacessíveis para famílias de baixa renda devido ao custo mais elevado (Cunha; Haines, 2021).

Além disso, a RBU pode contribuir para uma melhoria indireta na

qualidade das instituições de ensino ao aumentar a demanda por educação de melhor qualidade, incentivando tanto escolas públicas quanto privadas a melhorar a oferta de serviços educacionais. Este aumento na competição pode levar a melhorias na infraestrutura, nos currículos e nas metodologias de ensino, resultando em um ambiente educacional mais estimulante e eficaz para as crianças (Dias *et al.*, 2022).

No entanto, a eficácia total da RBU em promover melhorias na educação infantil depende também de fatores estruturais e da implementação de políticas educacionais complementares. O governo queniano, ao considerar a adoção da RBU, deve também focar em medidas que garantam a qualidade dos professores, a adequação das infraestruturas escolares e a eficácia dos currículos para que os benefícios proporcionados pela renda básica sejam maximizados (Fuly, 2021).

4.1 RENDA BÁSICA UNIVERSAL NA NUTRIÇÃO INFANTIL

Quênia, uma região onde a desnutrição infantil constitui um problema sério e persistente, demanda um exame criterioso de como tal política pode contribuir para a melhoria da nutrição das crianças. Esta análise engloba a avaliação da eficácia da Renda Básica Universal (RBU) em aumentar o acesso a alimentos mais nutritivos e em reduzir as taxas de desnutrição, elementos fundamentais para o desenvolvimento saudável e integral da população infantil (Chagas, 2022).

O primeiro aspecto relevante na discussão sobre a RBU e a nutrição infantil é o potencial da renda básica para aumentar a capacidade financeira das famílias de adquirir alimentos de qualidade superior. Com a garantia de uma renda mínima, as famílias têm a oportunidade de diversificar sua dieta, incluindo maior quantidade de frutas, legumes, proteínas e outros alimentos nutritivos, que muitas vezes são preteridos devido ao seu custo mais elevado. A disponibilidade de recursos financeiros pode também facilitar o acesso a mercados que oferecem uma variedade maior de opções alimentares, superando uma das barreiras significativas para uma alimentação adequada (Dias *et al.*, 2022).

Ademais, a RBU pode atuar como um instrumento para a redução da

desnutrição infantil, um dos indicadores mais preocupantes de saúde pública no Quênia. A desnutrição, que afeta de maneira grave o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, pode ser mitigada pela melhoria do padrão alimentar proporcionado pelo incremento na renda familiar. Além de melhorar o estado nutricional das crianças, uma alimentação adequada contribui para a prevenção de doenças associadas à má nutrição, fortalecendo o sistema imunológico e reduzindo a incidência de infecções e outras condições de saúde que comprometem a qualidade de vida e o desenvolvimento infantil (Chagas, 2022).

Contudo, a eficácia da RBU em melhorar a nutrição infantil depende também de fatores como a educação nutricional das famílias e a disponibilidade local de alimentos nutritivos. Programas educacionais que informem os pais sobre a importância de uma dieta balanceada e sobre como utilizar os recursos da RBU de maneira eficaz para a alimentação das crianças são essenciais para maximizar os benefícios dessa política. Além disso, a infraestrutura local e a logística de distribuição de alimentos devem ser adequadas para garantir que alimentos frescos e nutritivos estejam disponíveis e acessíveis em diferentes regiões do país, especialmente nas áreas mais remotas e empobrecidas (Fuly, 2021).

Outro ponto crítico é a integração da RBU com outras políticas públicas voltadas para a saúde e a nutrição infantil. O governo queniano precisa assegurar que a renda básica seja parte de um esforço mais amplo para melhorar a infraestrutura de saúde, ampliar os programas de nutrição escolar e fortalecer os serviços de saúde preventiva. A coordenação entre diferentes setores pode amplificar os efeitos positivos da RBU, criando um ambiente mais holístico e sustentável para o desenvolvimento infantil (Chagas, 2022).

Estudos de casos em outras regiões do mundo onde a RBU foi implementada demonstram que a segurança financeira proporcionada pela renda básica pode ter efeitos de longo prazo no bem-estar das crianças. No Alasca, por exemplo, os pagamentos anuais do Fundo Permanente permitiram que as famílias investissem mais em alimentos saudáveis e cuidados de saúde, resultando em melhorias significativas nos

indicadores de saúde infantil (Dias *et al.*, 2022).

Além disso, a RBU pode promover a autonomia econômica das famílias, reduzindo a dependência de programas de assistência social condicionada. A previsibilidade e a regularidade da renda básica permitem que as famílias façam planejamentos financeiros de longo prazo, o que pode levar a investimentos em educação, saúde e desenvolvimento pessoal, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável (Fuly, 2021).

4.2 RBU A LONGO PRAZO

O trabalho realizado pela organização não governamental *GiveDirectly* desde 2016 revela uma série de contribuições significativas para a melhoria das condições de vida e desenvolvimento das crianças no Quênia. A abordagem da *GiveDirectly*, focada na transferência direta de dinheiro para os beneficiários, proporciona uma perspectiva única sobre como a assistência financeira incondicional pode afetar as dinâmicas familiares e promover o bem-estar infantil (Kim; Ahn, 2023).

Desde o início de suas operações no Quênia, a *GiveDirectly* tem implementado programas de transferência de renda que visam fornecer às famílias recursos financeiros suficientes para cobrir suas necessidades básicas, incluindo alimentação, saúde e educação. Esta intervenção é fundamentada na premissa de que garantir uma renda mínima pode liberar as famílias das pressões econômicas imediatas, permitindo-lhes investir mais ativamente no futuro de suas crianças (Cunha; Haines, 2021).

Um dos efeitos mais diretos das transferências de renda da *GiveDirectly* é a melhoria na nutrição infantil. Ao aumentar o poder de compra das famílias, os programas facilitam o acesso a uma dieta mais rica e variada, essencial para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. A segurança alimentar que advém da RBU contribui para a redução de condições de saúde adversas relacionadas à má alimentação, como desnutrição e anemia, que são prevalentes em muitas áreas do Quênia (Dias *et al.*, 2022).

Além disso, os fundos proporcionados pela organização têm um impacto substancial na acessibilidade e qualidade da educação para as crianças. Com recursos adicionais, muitas famílias optam por investir na educação dos filhos, comprando materiais escolares e pagando por taxas escolares, o que, por vezes, permite o acesso a instituições de melhor qualidade. Tal investimento é crucial, pois a educação é um componente fundamental para o desenvolvimento de capacidades e para o aumento das oportunidades de emprego futuro, estabelecendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social (Cunha; Haines, 2021).

A longo prazo, a estabilidade financeira proporcionada pela RBU pode também permitir que os pais dediquem mais tempo ao cuidado e atenção das crianças, em vez de se concentrarem exclusivamente em atividades laborais. Este aspecto é particularmente importante, pois o envolvimento dos pais é um fator crucial no desenvolvimento emocional e educacional das crianças. A presença mais constante e participativa dos pais pode melhorar a dinâmica familiar e fortalecer os laços afetivos, proporcionando um ambiente mais propício ao desenvolvimento saudável das crianças.

É importante reconhecer que, embora a RBU ofereça muitas vantagens, ela deve ser complementada por políticas públicas robustas que abordem as necessidades específicas das crianças, como programas de saúde infantil, educação de qualidade e proteção social. A atuação da *GiveDirectly* no Quênia destaca a eficácia das transferências diretas de renda, mas também reforça a necessidade de um enfoque integrado que combine apoio financeiro com acesso a serviços essenciais (Kim; Ahn, 2023).

5 DIFERENÇAS ENTRE RBU

A comparação entre os modelos de Renda Básica Universal (RBU) implementados no Alasca e no Quênia revela nuances significativas que refletem as particularidades socioeconômicas e as necessidades específicas de cada região. Essas diferenças são cruciais para entender como os programas de RBU podem ser adaptados para atender de

maneira eficaz aos desafios locais, especialmente no que tange à redução da pobreza, à promoção da estabilidade econômica e ao desenvolvimento social.

No Alasca, o Fundo Permanente, estabelecido em 1982, destina-se a distribuir anualmente uma parte dos lucros provenientes da exploração de petróleo entre todos os residentes permanentes. Este modelo de RBU é financiado por um recurso natural abundante, cuja exploração oferece uma fonte de renda relativamente estável e previsível. O principal objetivo desse fundo é permitir que os cidadãos do Alasca beneficiem-se diretamente da riqueza natural do estado, ao mesmo tempo em que se promove uma forma de poupança coletiva que visa garantir benefícios econômicos para gerações futuras (DIAS et al., 2022). Dessa forma, o Fundo Permanente do Alasca não apenas fomenta um consumo mais robusto e uma economia local mais dinâmica, mas também contribui para uma redistribuição da riqueza que auxilia na diminuição das desigualdades sociais, sem a necessidade direta de enfrentar questões como desnutrição ou acesso severamente limitado a serviços básicos de saúde e educação.

Por outro lado, no Quênia, as iniciativas de Renda Básica Universal são motivadas por desafios de natureza bastante distinta. O país enfrenta altos índices de pobreza, desnutrição infantil e uma falta crônica de acesso a serviços essenciais de saúde e educação. Em resposta a essas condições, organizações como a GiveDirectly têm implementado programas de RBU que transferem dinheiro diretamente para as famílias mais pobres com o objetivo de suprir necessidades básicas imediatas e promover o desenvolvimento humano. Neste contexto, a RBU é vista como uma ferramenta para proporcionar segurança alimentar, melhorar a saúde e a educação e estimular a economia local por meio do aumento do poder de compra das famílias (Kim; Ahn, 2023). Além disso, ao contrário do modelo do Alasca, que é financiado por uma fonte específica e abundante de receita, as fontes de financiamento para a RBU no Quênia são mais diversificadas e incluem ajuda internacional e doações privadas, refletindo a escassez de recursos locais disponíveis para tal fim (Dias et al., 2022).

Enquanto o Fundo Permanente do Alasca opera mais como um

mecanismo de poupança e redistribuição de renda derivada de um recurso natural abundante, no Quênia, a RBU é implementada como uma resposta direta às necessidades urgentes de superação da pobreza extrema e de melhoria das condições básicas de vida. Essa distinção fundamental entre os modelos reflete não apenas as diferenças nas condições econômicas e sociais de cada região, mas também os objetivos específicos que cada programa de RBU visa alcançar. Assim, enquanto um se concentra na sustentabilidade de longo prazo e no benefício econômico derivado de recursos naturais, o outro foca na correção de desigualdades agudas e na promoção de desenvolvimento humano imediato (Nascimento; Proni, 2022).

Em termos de impacto, o Fundo Permanente do Alasca tem demonstrado influenciar positivamente as despesas das famílias, elevando o poder de compra dos consumidores e estimulando a demanda por bens e serviços locais. Este aumento no consumo impulsiona o comércio local e estimula o setor de serviços, contribuindo para o aquecimento da economia e o fortalecimento das atividades econômicas (Cunha; Haines, 2021). Os pagamentos do Fundo Permanente não provocam um decréscimo significativo na oferta de trabalho, sugerindo que a RBU é percebida mais como um complemento à renda do que como um substituto ao salário proveniente do emprego (Dias *et al.*, 2022).

No Quênia, as transferências de renda da *GiveDirectly* têm mostrado melhorias na nutrição infantil e na acessibilidade e qualidade da educação para as crianças. Com recursos adicionais, muitas famílias optam por investir na educação dos filhos, comprando materiais escolares e pagando por taxas escolares, o que permite o acesso a instituições de melhor qualidade (Kim; Ahn, 2023). A longo prazo, a estabilidade financeira proporcionada pela RBU permite que os pais dediquem mais tempo ao cuidado e atenção das crianças, em vez de se concentrarem exclusivamente em atividades laborais, melhorando a dinâmica familiar e fortalecendo os laços afetivos (Fuly, 2021).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos impactos da Renda Básica Universal (RBU) sobre a vida das crianças revela resultados que apontam para uma significativa melhoria nas condições de vida, especialmente nos contextos de pobreza extrema, como o Quênia. A implementação da RBU, ao assegurar uma renda mínima para as famílias, tem o potencial de transformar aspectos cruciais da vida infantil, tais como a nutrição, a saúde, a educação e a estabilidade emocional, fatores estes que são essenciais para o desenvolvimento integral das crianças.

Em primeiro lugar, observa-se que a RBU influencia diretamente a nutrição infantil, um dos pilares fundamentais para um desenvolvimento saudável. No Quênia, onde a desnutrição infantil é um problema persistente, a garantia de uma renda básica permite às famílias adquirir alimentos mais nutritivos, aumentando a diversidade e a qualidade das dietas. A melhoria no acesso a alimentos ricos em nutrientes não só previne condições de saúde adversas, como a desnutrição e a anemia, mas também fortalece o sistema imunológico das crianças, reduzindo a incidência de doenças infecciosas. Estudos realizados pela organização *GiveDirectly*, que desde 2016 implementa programas de transferência direta de renda no Quênia, demonstram que famílias beneficiadas pela RBU apresentam melhorias significativas na alimentação e na saúde infantil (Kim; Ahn, 2023).

Além disso, a segurança alimentar proporcionada pela RBU tem efeitos positivos na educação infantil. Famílias que dispõem de recursos financeiros estáveis estão mais aptas a investir na educação dos filhos, adquirindo materiais escolares, pagando taxas escolares e possibilitando a participação em atividades extracurriculares. Este investimento é crucial, uma vez que a educação é um dos principais fatores de mobilidade social e econômica. No Quênia, a RBU contribui para aumentar as taxas de frequência escolar e diminuir a evasão, já que as crianças não precisam abandonar a escola para trabalhar e ajudar no sustento familiar (Suplicy; Dallari, 2020).

Outro aspecto relevante é a influência da RBU na saúde emocional e

psicológica das crianças. A estabilidade financeira proporcionada por uma renda básica reduz o estresse econômico nas famílias, o que é frequentemente um fator de conflitos e violência doméstica. Estudos indicam que a redução do estresse financeiro está correlacionada com a melhoria das relações familiares, proporcionando um ambiente mais harmonioso e seguro para as crianças (GEHRKE, 2022).

Contudo, para que a RBU atinja seu pleno potencial, é necessário que sua implementação seja acompanhada de políticas públicas complementares que considerem as especificidades locais e as necessidades das crianças. No contexto do Quênia, por exemplo, programas de educação nutricional e de saúde preventiva são essenciais para maximizar os benefícios da RBU. A infraestrutura local deve ser adequada para garantir que os recursos adicionais sejam efetivamente utilizados para melhorar a nutrição e a saúde das crianças. A experiência do Alasca com o Fundo Permanente, que distribui anualmente uma parte dos lucros do petróleo para todos os residentes, incluindo crianças, demonstra que uma gestão eficiente dos recursos naturais pode financiar programas de RBU de forma sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades e o fortalecimento da coesão social (Dias *et al.*, 2022).

Dessa forma, a RBU se apresenta como uma ferramenta poderosa para a promoção da paz e do bem-estar infantil, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade socioeconômica. Os resultados observados no Quênia, através da atuação da *GiveDirectly*, evidenciam o impacto positivo da RBU na melhoria das condições de vida das crianças, ao assegurar uma alimentação adequada, acesso à educação de qualidade e um ambiente familiar estável. Contudo, a implementação eficaz da RBU requer um compromisso contínuo com a avaliação e o ajuste das políticas, garantindo que os benefícios alcancem efetivamente os grupos mais vulneráveis e promovam um desenvolvimento humano sustentável e inclusivo.

6 CONCLUSÃO

A análise dos impactos da Renda Básica Universal (RBU) sobre a vida das crianças, no contexto de países em desenvolvimento, como o Quênia, permitiu identificar melhorias significativas em diversos aspectos cruciais para o bem-estar infantil. Primeiramente, observou-se que a implementação da RBU contribuiu diretamente para a melhoria da nutrição das crianças, um dos elementos mais críticos para o desenvolvimento físico e cognitivo. As famílias beneficiadas puderam diversificar suas dietas e incluir alimentos de maior valor nutricional, como frutas, legumes e proteínas de alta qualidade, mitigando a incidência de desnutrição e doenças correlatas.

Em termos educacionais, a RBU demonstrou eficácia na elevação das taxas de frequência escolar e na redução das taxas de evasão, uma vez que a segurança financeira proporcionada pelo programa reduziu a necessidade de as crianças abandonarem os estudos para contribuir economicamente com suas famílias. Esse fator, aliado a um ambiente doméstico mais estável e menos estressante, favoreceu o desempenho acadêmico e o engajamento escolar, aspectos essenciais para a formação de capital humano qualificado.

No âmbito da saúde emocional e psicológica, a RBU mostrou-se um instrumento valioso para a redução do estresse econômico, que frequentemente resulta em conflitos familiares e violência doméstica. A garantia de uma renda mínima permitiu que as famílias dedicassem mais tempo e atenção ao desenvolvimento emocional das crianças, promovendo um ambiente familiar mais harmonioso e seguro. Esse aspecto é de suma importância, pois um ambiente doméstico estável e afetivo é fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças, tanto emocional quanto psicologicamente.

Entretanto, para que os benefícios da RBU sejam plenamente realizados, identificou-se a necessidade de políticas públicas complementares que abordem questões específicas, como a educação nutricional das famílias e a melhoria da infraestrutura local de saúde e

educação. Programas educacionais que ensinem a importância de uma dieta balanceada e a utilização eficaz dos recursos fornecidos pela RBU são essenciais para maximizar os benefícios dessa política. Além disso, a adequação da infraestrutura e a logística de distribuição de alimentos e serviços são cruciais para garantir que os recursos cheguem efetivamente a todas as regiões, especialmente às mais remotas e empobrecidas.

A comparação entre o modelo de RBU do Alasca, financiado por recursos naturais abundantes e gerido como um fundo de poupança coletiva, e as iniciativas no Quênia, voltadas para a superação da pobreza extrema e financiadas por ajuda internacional e doações privadas, ilustrou as diferentes abordagens e objetivos que esses programas podem assumir. Enquanto o modelo do Alasca foca na sustentabilidade de longo prazo e na redistribuição de renda, o modelo queniano enfatiza a correção imediata de desigualdades agudas e a promoção do desenvolvimento humano.

Conclui-se que a RBU possui um potencial transformador significativo, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade socioeconômica. A implementação eficaz dessa política pode resultar em melhorias substanciais na nutrição, saúde, educação e estabilidade emocional das crianças, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Andre Moreira; HAINES, Andrés Ernesto Ferrari. **Os ricos e a Renda Básica Universal. Análise:** Conjuntura Nacional e Internacional. FCE/UFRGS. Porto Alegre, 06 set. 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249619/001150019.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 maio 2024.

CAMPELLO, Tereza; BRANDÃO, Sandra Márcia Chagas. Mais Bolsa Família, um salto para a renda básica. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 74, n. 10, p. 18-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/download/83594/79264>. Acesso em: 20 maio 2024.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Renda básica universal em tempos de pandemia**: subsídios para o debate 1 (Parte I-História, Conceitos e a Experiência Internacional). São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif479-15-27.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.

DIAS, Arnaldo Krishnamurthi Cintra Araujo et al. **Renda Básica Universal implementação e governança social**: os casos do Alasca (EUA), Madhya Pradesh (Índia) e Maricá (Mumbuca). Contribuições para inovação sócio tecnológica: policy paper-Renda Básica Universal (RBU) e Governança Social Diretrizes de implementação da RBU a partir de experiências internacionais. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/26103>. Acesso em: 23 maio 2024.

FULLY, Millena Araujo. **A renda básica universal como política pública para atenuar as desigualdades**: uma revisão das experiências internacionais e nacionais. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) -Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/21723>. Acesso em: 24 maio 2024.

GARABINI, Vania Mara Basilio. **Direito Fundamental à Renda Básica Universal**: a segurança da renda no sistema de proteção constitucional. Editora Dialética, 2021. Disponível em: <https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=I9QrEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Renda+B%C3%A1sica+Universal+para+a+Paz:+Impactos+na+Vida+das+Crian%C3%A7as+RBU&ots=qg-QY1Dfj4&sig=ZyU9CM9YpSSjRxTQGsikR3FvBFo>. Acesso em: 25 maio 2024.

GEHRKE, Arthur Bonaspetti. **Renda básica universal: utopia ou realidade?** 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/238907>. Acesso em: 26 maio 2024.

KIM, Sang Kyun; AHN, SeoYeon. Uma análise sobre a renda básica: evidências utilizando dados de projetos experimentais em todo o mundo. **Revisão de Política e Serviço Social Asiático**, v. 2, p. 89-102, 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/aswp.12272>. Acesso em: 27 maio 2024.

MELO, Renan; DE SOUZA ALVIM, Marcia Cristina. Caminhos para a proteção da dignidade da pessoa humana na sociedade de dados. **Revista Internacional Consinter de Direito**, p. 95-95, 2023. Disponível em: <https://consinter.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/512>. Acesso em: 28 maio 2024.

NASCIMENTO, Caio Luiz Leal Chagas do; PRONI, Marcelo Weishaupt. **O debate enviesado sobre renda básica universal no Brasil**. Instituto

de Economia, UNICAMP, 2022. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD436.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

NASCIMENTO, Vinícius de Oliveira. **Uma discussão sobre renda básica universal.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36367>. Acesso em: 21 maio 2024.

NUNES, Hélen Bueno. Renda básica cidadã: **uma análise acerca da sua implantação como forma de minorar a desigualdade social brasileira.** 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/250964>. Acesso em: 29 maio 2024.

PADRE, Diogo Augusto Vidal. Os prós e os contras da renda básica universal. **Boletim Economia Empírica**, v. 2, n. 10, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/6152>. Acesso em: 24 maio 2024.

PORT, Samer Alexander de Oliveira. **Renda Básica Universal como possível solução a focalização na extrema pobreza dos Programas e Benefícios Sociais.** 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/254073>. Acesso em: 25 maio 2024.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; DALLARI, Mônica. A renda básica de cidadania e Quênia. *Revista Brasileira de Economia Política*, v. 40, p. 566-583, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/5sq6Nk4jmpDJcwmGB9kVzCm/abstract/?format=html&lang=pt&stop=next>. Acesso em: 26 maio 2024.